

GABARITO

COLE NO CADERNO

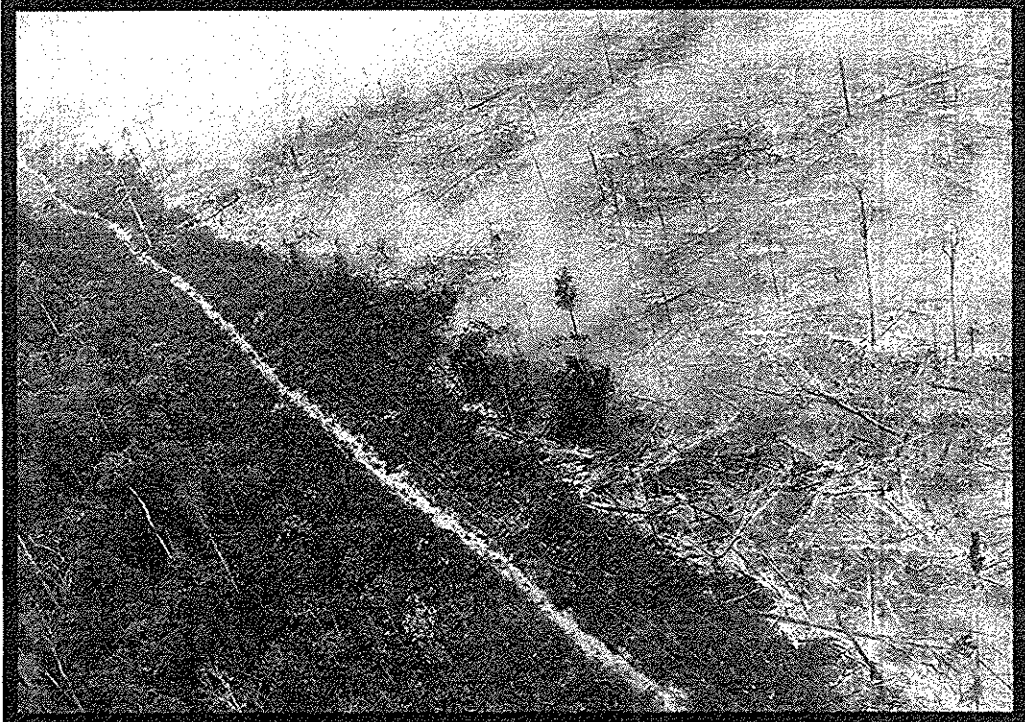
ATUALIDADE

Jorge Cardoso 27.899

O DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA

ESSE É UM PROBLEMA QUE TRAZ CONSEQUÊNCIAS BASTANTE NEGATIVAS PARA O PAÍS. A PRIMEIRA É A PERDA DA BIODIVERSIDADE. OUTRA É O DESEQUILÍBRIO CLIMÁTICO GLOBAL.

ADRIANA RAMOS
ESPECIAL PARA O CORREIO



A ESTIMATIVA É DE QUE HOUVE UM AUMENTO DE 40% NA ÁREA DESMATADA DA FLORESTA, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgou os índices do desmatamento na Amazônia no período entre 2001 e 2002. Para calcular o índice, o INPE analisa as imagens de satélite das áreas historicamente mais afetadas pelo desmatamento, e faz uma estimativa de quanto será o desmatamento em toda a Amazônia. A taxa total de desmatamento no período 2000-2001 foi de 18.166 km², e a estimativa para a taxa de 2001-2002 é de 25 mil quilômetros quadrados, o que corresponde a um aumento de 40% sobre a média dos anos anteriores, calculada em 17 mil quilômetros quadrados de desmatamento por ano. Os números do ano passado só não superam os de 1994-1995, quando foram mapeados 29 mil quilômetros quadrados de área desflorestada.

É importante destacar que o desmatamento nem sempre é ilegal. A legislação florestal permite que vinte por cento de cada propriedade da Amazônia seja desflorestada. O proprietário é obrigado a soli-

licitar uma autorização junto aos órgãos ambientais para efetuar a retirada da floresta. Na maior parte da Amazônia esta autorização tem que ser dada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que é o órgão federal responsável. O Ibama pode transferir aos órgãos ambientais estaduais esta competência, por meio de um acordo chamado de pacto federativo. Atualmente, na Amazônia, apenas o estado do Mato Grosso tem esse acordo com o Ministério do Meio Ambiente.

Ou seja, parte do desmatamento na Amazônia está dentro da lei e foi autorizado pelo poder público. Porém, a maioria não é legal, e ainda não existem mecanismos eficazes para identificar a diferença entre um e outro, o que dificulta a ação de controle por parte do Ibama.

Há muitos fatores que estimulam o desmatamento desordenado na Amazônia. Ao contrário do que se pensa, a

indústria madeireira não é a única vilã da floresta. No geral, a maior parte da exploração de madeira ocorre de forma seletiva, não constituindo desmatamento. O chamado corte raso, quando todas as árvores são derrubadas, ocorre, na maior parte das vezes, para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. O problema, neste caso, é que muitas vezes as áreas são utilizadas por pouco tempo, ficando degradadas e abandonadas. É claro que a indústria madeireira também se abastece com o produto do desmatamento.

Outro vetor é a abertura e o asfaltamento de estradas. Segundo estudos do pesquisador Diógenes Alves, do INPE, historicamente 75% dos desmatamentos na Amazônia ocorreram dentro de uma faixa de 100 km de largura ao longo das rodovias. A abertura das estradas estimula a ocupação da região e amplia a ocorrência de incêndios florestais.

O desmatamento traz consequências bastante negativas

para o país. A primeira é a perda de biodiversidade nas áreas desflorestadas. Como a Amazônia reúne um patrimônio biológico imenso, muitas vezes ainda desconhecido, é quase impossível avaliar o impacto da destruição causada pela retirada da floresta.

Outro impacto é sobre o equilíbrio climático global. Segundo Carlos Nobre, pesquisador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do INPE, as estimativas indicam que a floresta amazônica é responsável pela absorção de pelo menos 10% (alguns estudos chegam a falar de 40%) dos cerca de 3 bilhões de toneladas de carbono absorvidos da atmosfera pelos ecossistemas terrestres. Sendo assim, além de influir na capacidade de sequestro de carbono, o desmatamento também libera na atmosfera o carbono estocado pela floresta.

A maior parte do desmatamento da Amazônia está concentrada na região conhecida como arco do desfloresta-

mento, compreendendo 60 municípios dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará. É nessa região que devem se concentrar as ações de combate ao desmatamento. Além de uma maior fiscalização, é preciso instituir critérios para concessão de crédito agrícola, e para licenciamento de obras de infra-estrutura, com o objetivo de conter o avanço indiscriminado do desflorestamento. Incentivar atividades produtivas que utilizem a floresta de forma sustentável também é fundamental para diminuir a pressão sobre a floresta.

Outra forma de garantir a manutenção da cobertura florestal é a criação de áreas protegidas, como parques nacionais e reservas extrativistas. As análises realizadas pelo Instituto Socioambiental (ISA) demonstram que essas áreas e as Terras Indígenas funcionam como verdadeiras barreiras, assegurando a integridade de áreas de florestas fundamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico e dos serviços ambientais (como regulação hídrica, controle de erosão, entre outros).

O governo brasileiro já sinalizou com algumas medidas, entre elas a criação de um grupo de trabalho interministerial para coordenar ações visando reduzir o desflorestamento na região Amazônica. Esse é um passo fundamental, uma vez que, embora o controle e a regulação do uso da floresta sejam de responsabilidade da área ambiental do governo, as dinâmicas que estimulam o desmatamento estão subordinadas a políticas de outros setores, como agricultura, transporte e desenvolvimento agrário, por exemplo. E são essas políticas que devem incorporar a variável ambiental de uma vez por todas.

ADRIANA RAMOS É COORDENADORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA).